

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.921 - SP (2019/0193293-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : RODOJUN LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA
OUTRO NOME : TRANSPORTADORA RODOJUN LTDA
ADVOGADO : ERNESTO BELTRAMI FILHO - SP100188
AGRAVADO : SOMPO SEGUROS S.A.
ADVOGADOS : RENATO LUÍS DE PAULA - SP130851
CARLA NEVES LOPES - SP302979
MARCO ANTONIO IORI MACHION - SP331888
MAURO JOSÉ CAVALHEIRO JUNIOR - SP351252

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 488-493, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 485-486 (e-STJ), proferida pela Presidência desta Corte Superior, pois houve a impugnação aos fundamentos da decisão agravada. Dessa forma, passo à nova análise do agravo interposto por TRANSPORTADORA RODOJUN LTDA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, em face de acórdão assim ementado:

Apelações Cíveis. Ação de indenização decorrente de contrato de seguro. Transporte de mercadorias. Roubo de mercadorias. Sentença de improcedência. Honorários advocatícios arbitrados por critério equitativo. Inconformismo de ambas as partes. Relação de consumo inexistente. Ausência de averbação das mercadorias antes do início do transporte. Averbação que somente foi feita após o roubo da carga. Descumprimento contratual. Indenização indevida. Honorários advocatícios de sucumbência. Arbitramento nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Recurso da ré provido.

Recurso da autora não provido.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 489 § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de de Processo Civil, assim como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional. Afirma que "a Corte Estadual malferiu o disposto pelo artigo 489 § 1º inciso IV do Código de Ritos, na medida

em que, no sentir do Recorrente, ao conhecer e aplicar as cláusulas 13.2 que prevê a perda de direito somente se não forem averbadas as mercadorias e, 15.5.1 às fls. 38 que garante o pagamento da indenização antes do cancelamento da apólice, o pleito seria acolhido" (fl. 406).

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

No tocante às alegações de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

O Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas carreadas aos autos, assim entendeu (fls. 359-363):

Incontroverso que as partes firmaram contrato de seguro de transporte de cargas, com apólice aberta, sistema que permite o cálculo individual, por percurso de transporte, do prêmio a ser pago.

Assim, é indispensável para prática desse seguro a averbação prévia do conhecimento do transporte rodoviário, informando as mercadorias a serem transportadas e seu valor, para que a seguradora tome ciência com o seu aceite, antes do sinistro, do risco ao qual se obriga.

No caso, o contrato celebrado entre as partes previa a obrigação da seguradora de remessa da averbação à seguradora, antes da saída do veículo transportador, com todos os esclarecimentos relativos ao embarque (Manual do Segurado. Condições Gerais, cláusula 19, fl. 41), que trata da isenção de responsabilidade da seguradora:

"19.1. A seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade ou obrigação decorrentes deste seguro, sem qualquer pagamento ao

terceiro prejudicado ou reembolso ao segurado, quando: a) o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no presente contrato; b) não tiver sido contratado o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga para os bens ou mercadorias objeto deste seguro, inclusive por eventuais transportadores subcontratados pelo Segurado; c) o Segurado não averbar nesta apólice todos os embarques nela abrangidos e efetuados sob a sua responsabilidade, ressalvadas as hipóteses presentes no subitem 9.2.3 e no subitem 12.2 destas Condições Gerais.

Enfim, a especial característica deste seguro, para vincular a seguradora à responsabilidade de cobertura, tem por essencial a transparência de informação e a oficialidade dos passos da carga transportada, sendo necessária a averbação antes do início do transporte.

Pouco importa o meio, eletrônico ou não.

Conta no caso que, com a formalidade da comunicação oficial, a seguradora passaria a ter o aceite de cobertura da carga, da mesma forma que, de tal, à seguradora o direito de cobrar o prêmio.

Por evidente, no silêncio da seguradora, tivesse a sorte de não haver o sinistro que houve, passaria ao largo de pagar o prêmio por falta dessa averbação. Mas, a contrario sensu, também, não haveria porque, como faz aqui, querer a indenização sem a averbação prévia.

(...).

Assim, o fato de o transporte ter se iniciado sem a devida averbação, revela o risco da operação.

Sem dúvida, maculado, portanto, o dever de indenizar, pois, há que se repisar, a prova dos autos traz incontroverso que não houve a averbação da carga transportada por qualquer meio eleito pelas contratantes, e que só depois do sinistro é que a seguradora se voltou para buscar pagar o prêmio e fazer regulação da carga roubada com o propósito da indenização.

Dessa forma, havendo descumprimento contratual pela ausência de averbação das mercadorias transportadas antes do início do transporte por parte da seguradora, de rigor a improcedência da ação.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pelo Tribunal local, o qual entendeu que houve o descumprimento contratual pela ausência de averbação das mercadorias transportadas antes do início do transporte por parte da

segurada, excluído estava o dever de indenizar no presente caso, demandaria inevitável incursão na análise das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes e reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice nos verbetes 5 e 7 das Súmulas desta Corte.

Com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do STJ. Vale destacar que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora